

Senado discute novas regras para Orçamento

Substituto à proposta de emenda constitucional prevê que a sessão legislativa não será encerrada sem a aprovação do projeto de lei orçamentária anual



José Eduardo Dutra



Ney Suassuna



Lúcio Alcântara

Lucena teme agravamento das desigualdades

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) manifestou ontem a preocupação de que as propostas de redefinição da presença do Estado cheguem à figura extrema do chamado "Estado mínimo", favorecendo as regiões mais ricas e prejudicando as menos dotadas de infra-estrutura física e social, como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste.

Lucena informou que na quinta-feira passada a bancada de senadores dos estados do Nordeste, em iniciativa suprapartidária, esteve no Palácio do Planalto para entregar pessoalmente ao presidente da República documento em defesa de um plano de desenvolvimento equilibrado para o país.

Júlio Campos pede medidas contra "orgia das importações"

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu ontem providências do governo contra o que ele chamou de "orgia das importações", que, segundo disse, vem destruindo as pequenas e médias empresas brasileiras, que não têm condições de competir com grupos multinacionais poderosos. Para o senador, essas importações maciças podem comprometer o Plano Real. "Só no setor de tecidos, a importação de produtos coreanos e chineses já provocou a demissão de 180 mil trabalhadores brasileiros", informou.

Depois de destacar a importância da abertura da economia brasileira, Júlio Campos

lamentou que o processo venha ocorrendo de forma muito rápida. "A alíquota média para importações, que era de 32,2% em 1990, já chegou a 11,3% no ano passado", observou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em aparte, lamentou que o Brasil esteja importando por ano cerca de US\$ 500 milhões em bebidas, "geralmente um vinho da pior qualidade possível, mas que tem rótulo alemão e garrafa bonita". Para Simon, o governo não pode continuar com essa "política suicida".

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) apoiou o discurso de Júlio Campos.

O Senado realizou ontem a quinta e última sessão destinada à discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que institui novas regras para a tramitação do Orçamento da União. De autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a proposta já havia sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do substitutivo do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O substitutivo prevê que a sessão legislativa não será encerrada sem a aprovação do projeto de lei orçamentária anual.

Emenda apresentada ontem em plenário pelo líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), impede o governo de executar despesas enquanto o Orçamento não for votado. Por causa dessa emenda, a proposta voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Alcântara disse que, a permanecer a situação dos últimos anos, o projeto de lei orçamentária não passa de peça de ficção. Ele foi apoiado pelo senador Romero Jucá (PFL-RR).

Humberto Lucena (PMDB-PB) defendeu proposta de sua autoria que restabelece dispositivo da Constituição de 1946, determinando que, se o Orçamento não for votado até o final do ano, prorroga-se a vigência da lei orçamentária anterior.

Senadores reagem a ameaça de retaliação do governo

Osmar Dias e Jefferson Peres comentam notícia de que serão convidados a sair do PSDB. Pág. 3

Comissão examina rigor nos crimes de trânsito

Sob a presidência de Geraldo Melo, senadores iniciarão hoje às 18 horas o exame do relatório preliminar sobre o Código de Trânsito Brasileiro elaborado por Gilberto Miranda

A comissão especial que analisa o projeto do Código de Trânsito Brasileiro (de iniciativa do Executivo) reúne-se hoje às 18h. Sob a presidência do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), a comissão iniciará a apreciação do relatório preliminar, elaborado pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM). Há grande expectativa em torno de um maior rigor nas sanções para crimes cometidos no trânsito.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Gilber-

to Miranda (PMDB-AM), tem marcado para hoje, a partir das 10h, o depoimento do chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Adilson Ferreira, acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional. O depoimento ainda não está confirmado.

Amanhã (quarta-feira), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presi-



Geraldo Melo



Gilberto Miranda

da pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), examina, a partir das 10h, extensa pauta. Entre as matérias a serem apreciadas, incluem-se projetos do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que regula a cri-

ação e funcionamento de aeroclubes; do senador Romeu Tuma (PSL-SP), criando a Ouvidoria-Geral da República; do senador Júlio Campos (PFL-MT), que disciplina o uso de equipamentos moto-aquáticos (tipo *jet-ski*) em praias e lagos, além de projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), definindo o crime de tortura, e do senador Odacir Soares (PFL-RO) autorizando o exame das contas bancárias de servidores públicos e pessoas que contrataram com a administração pública.

Cabral lamenta morte de vigário amazonense

O senador Bernardo Cabral (AM) lamentou ontem a morte do monsenhor Francisco Pinto, vigário-geral da arquidiocese de Manaus, que, nos últimos 35 anos, atuou junto à população daquela cidade, com grande dedicação. "O clero amazonense fica desfalcado de uma de suas maiores figuras, e eu perco um dos mais leais amigos", afirmou.

Religioso há quase 40 anos, monsenhor Francisco Pinto iniciou sua missão em Itacoatiara, indo depois para Manaus, onde morreu domingo (dia 10). A pedido de Cabral, o Senado fará registro em ata de voto de pesar e enviará condolências ao arcebispo de Manaus.

Senado aprova pesar pela morte de d. Vicente Scherer

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando a inserção em Ata de voto de pesar pela morte do cardeal-arcebispo de Porto Alegre, d. Vicente Scherer. O cardeal faleceu na última sábado, em Porto Alegre, aos 93 anos. Simon afirmou que em 1964, quando "o arbítrio dominava, e o país vivia praticamente sem lei, um te-

lefonema de d. Scherer ao Dops ou ao 3º Exército conseguia salvar muitas vidas".

- O Brasil ficou mais pobre, perdemos um homem que era uma grande reserva - disse o senador. Segundo Simon, através da *Voz do Pastor*, o pensamento, as idéias e a filosofia de d. Vicente Scherer sempre mereceram respeito.

Pedro Simon pediu ainda no requerimento que

sejam enviadas condolências aos familiares do cardeal, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e à Arquidiocese de Porto Alegre, bem como ao governo do Rio Grande do Sul e ao prefeito de Porto Alegre. Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) associou-se, em nome do PFL, à homenagem à memória do cardeal-arcebispo de Porto Alegre.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do seguintes projetos: *PLS nº 402/91, que dispõe sobre os planos de benefícios das entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades da Administração Indireta da União; *PLS nº 49/95, que dá nova redação ao art. 23 da Lei nº 8.031/90, que criou o Programa Nacional de Desestatização; *PLS nº 75/95, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial; e PLS nº 134/95, que regulamenta o parágrafo 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos

de exercer a profissão; entre outras matérias.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Adilson Ferreira, acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

18h - Comissão Especial destinada ao estudo do PLC nº 73/94-SF, que institui o Código de Trânsito Brasileiro

Pauta: Apreciação do relatório preliminar. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Senadores repelem notícia de represália

"No dia em que assinei a ficha de filiação ao PSDB, deixei claro que não estava abrindo mão de minha independência", afirmou ontem o senador Osmar Dias (PR) ao comentar notícia, publicada na Folha de S. Paulo, de que ele e o senador Jefferson Peres (AM) seriam convidados a deixar o PSDB por terem assinado o requerimento de constituição da CPI do Sistema Financeiro. Jefferson Peres, por sua vez, recusou-se a

acreditar na veracidade da ameaça. Ele disse que a notícia seria verdadeira se o presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse sofrido uma metamorfose ou sido contaminado pelo vírus do autoritarismo oriundo de algum ditador sul-americano do passado. Roberto Requião (PMDB-PR), ao comentar a ameaça de represália, afirmou que a independência é uma das características da biografia dos dois senadores.

Dutra condena violência contra governo do DF

O senador José Eduardo Dutra (SP), líder do PT, manifestou ontem "total apoio" ao governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, em relação ao episódio ocorrido na madrugada de segunda-feira, quando três tiros foram disparados contra as janelas do Palácio do Buriti por supostos envolvidos com o tráfico de drogas em Brasília.

Na opinião do senador, trata-se de "tentativa de intimidação", já que Cristovam prepara-se para deflagrar, amanhã, uma campanha contra drogas e em defesa da juventude e da família brasileira, as quais, no entender de Dutra, correm sérios riscos frente ao crescente consumo e tráfico de drogas na capital do Brasil.

Os senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Humberto Lucena (PMDB-PB) expressaram, em apertado, sua solidariedade ao governador do DF, Lucena, que falou pelo seu partido, pediu a José Eduardo Dutra que cobre a imediata conclusão das investigações sobre aquele ato de violência

Osmar Dias: "Não abro mão de minha independência"

"No dia em que assinei a ficha do PSDB, deixei claro que não estava abrindo mão de minha independência", disse o senador Osmar Dias ao comentar a notícia sobre o convite para retirar-se do partido.

Ele afirmou não acreditar que o Palácio do Planalto pretenda punir os que assinaram aquele requerimento, porque, frisou, isso significaria para o presidente da República a negação de todo o seu ideário de democracia e defensor da liberdade de



Osmar Dias

opinão.

"O presidente da República é um defensor da democracia, e esta ameaça é extremamente contra seu discurso social e democrata", disse Osmar Dias, acrescentando: "Quando me convidou para ingressar no PSDB, o presidente o fez me chamando a seu gabinete. Se fosse para pedir que eu deixasse o partido, ele agora tomaria a mesma providência".

Osmar Dias também estranhou que a imprensa tenha situado o PSDB como um partido do presidente da República: "Entendo que Fernando Henrique Cardoso é que pertence ao PSDB, e não o partido a ele".

Jefferson Peres: "Não fiz indicação para nenhum cargo"

O senador Jefferson Peres esclareceu que, se for compelido a deixar o partido, o fará tranquilamente. Mas ressaltou: "Recuso-me a acreditar neste noticiário e, embora a notícia não tenha sido desmentida, continuo a acreditar que seja mentira", disse.

Ele disse que a notícia seria verdadeira se o presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse sofrido uma metamorfose ou sido contaminado pelo vírus do autoritarismo oriundo de algum ditador sul-americano do passado.

Jefferson Peres afirmou que se for verdadeiro o noticiário a respeito de possíveis represálias contra ele e outros companhei-

ros de partido, essas providências significarão "tiros n'água", porque, acentuou, é inatingível no campo da dignidade. Jefferson ressaltou



Jefferson

que, se quiserem puni-lo demitindo funcionários nomeados por sua indicação, mais uma vez ele está invulnerável.

"Não fiz indicação para nenhum cargo", disse. Destacando que não há quem o faça curvar sua espinha, Peres esclareceu que essa foi a razão pela qual o povo amazonense o enviou para o Senado.

Requião avisa: "Não estamos brincando"

O senador Roberto Requião disse ontem que ameaçar de exclusão do partido da situação os parlamentares que assinaram o requerimento de criação da CPI dos Bancos não é uma atitude de presidente da República.

Requião afirmou que os senadores Jefferson Peres e Osmar Dias estariam prontos a abrir mão dos cargos que tivessem no governo para manter a atitude independente, "principal característica de suas biografias políticas".

O senador explicou que, como peemedebista, votará a favor do governo federal sempre que assim achar pertinente, mantendo-se independente quanto a todo o resto, pois este foi o comportamento que sempre pautou sua vida pública.

Requião afirmou que os senadores que, como ele, assinaram o requerimento encabeçado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para a criação da CPI do Sistema Bancário não estavam brincando quando tomaram essa iniciativa.

- Não estamos brincando e ninguém brincará conosco. Essa CPI não será postergada, nem manipulada. Isso aqui não é uma casa de negócios, nem de troca de favores - disse Requião.



Requião

Valmir Campelo: acidentes aumentam e o DAC precisa ser reestruturado

Senador diz que a frota brasileira está deteriorada e apela para que Fernando Henrique não viaje mais no Sucatão

"O número de acidentes aéreos no país está aumentando. O Departamento de Aviação Civil (DAC) precisa ser reestruturado, porque já não atende aos seus objetivos", afirmou o senador Valmir Campelo (PTB-DF).

"Agora, até o credenciamento de pilotos foi colocado em cheque pela própria categoria, que acusa o DAC de habilitar pessoas



Valmir

desqualificadas", disse. O senador citou reportagens que mostram as fragilidades do sistema de transporte aéreo do país. "O setor de manutenção das aeronaves é um verdadeiro caos. Não são raras as notícias de panes provocadas por parafusos soltos, tanques de combustível destampados, pneus mal calibrados, instrumentos de bordo desregulados

etc. Os serviços de bordo são uma vergonha. As tarifas aéreas são as mais caras do mundo", destacou Valmir.

Júlio Campos (PFL-MT) assinalou que "a frota brasileira está deteriorada e apelou aos Gabinetes Civil e Militar da Presidência para que impeçam o presidente Fernando Henrique de viajar no Boeing 707, o "Sucatão". Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Bernardo Cabral (AM) apoiaram Valmir.



Waldeck Ornelas

Maior rigor para matricular servidores em universidade

As universidades federais só serão obrigadas a matricular servidores estudantes que, no interesse da administração, forem transferidos de uma localidade para outra, se dispuserem de vaga, conforme estabelece projeto apresentado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

O senador argumenta, em defesa do projeto, que o dispositivo legal que obriga aquelas instituições a matricular funcionários transferidos, independentemente da existência de vagas, tem servido como instrumento para alunos de escolas particulares obterem vagas nas universidades públicas em detrimento daqueles que, "pelo mérito do concurso vestibular mais rigoroso", deveriam ocupá-las.

- O absurdo que está sendo gerado pela artimanha utilizada por muitos pode ser constatado pelo exemplo da Universidade Federal do Ceará, onde, no curso de Medicina, que oferece 70 vagas por vestibular, estavam matriculados, no ano passado, 94 funcionários públicos transferidos *ex officio* - revela Waldeck Ornelas na justificação do projeto, esclarecendo que, desses, 36 foram aceitos pela Comissão de Transferências e 58 mediante mandato de segurança.

Alcântara: Ceará terá duas usinas movidas a vento

Entre os vários acordos que o presidente Fernando Henrique Cardoso assinará durante sua viagem ao Japão, que se inicia hoje, está o financiamento de US\$ 60 milhões para um projeto de instalação, no litoral do Ceará, de duas usinas elétricas movidas a vento. A informação é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). As duas usinas poderão gerar 60 mw, energia suficiente para atender a 150 mil residências.

O Presidente também assinará contratos de financiamento para obras do Projeto Metrofor, o metrô de Fortaleza, numa extensão total de 50 quilômetros. A primeira fase, de 23 quilômetros, transportará por dia 185 mil pessoas. Em sua última fase, ao final de 54 meses e ao custo de US\$ 460 milhões, o Metrofor transportará 381 mil pessoas diariamente, segundo Alcântara.

Projeto de Jucá destina recursos para as vítimas do trânsito

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou ontem projeto de lei destinando 10% da metade do total de recursos arrecadados pelas companhias seguradoras que operam com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores (Dpvat) ao financiamento de instituições que se dediquem, exclusivamente, à prestação de assistência médica de primeiros socorros às vítimas de acidentes nas estradas e ruas.

Também autor de projeto que obriga a inclusão do *air-bag* (bolsa de ar) como equipamento obrigatório no carros de passageiros, Romero Jucá esclareceu que, na apresentação dessa outra proposição, inspirou-se na



Romero Jucá

atividade do grupo "Anjos do Asfalto", que presta assistência às vítimas de acidente na Via Dutra.

Conforme o senador, o "Anjos do Asfalto" tem convênio com o DNER, mas o contrato deverá ser encerrado em breve e não será renovado. Jucá acrescentou que o grupo atendeu em cinco anos de existência mais de 22.500 acidentados, tendo reduzido em 30% a mortalidade global dos atendidos.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impressa no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraia F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.